

Conclui-se que a crescente tendência de globalização econômica impõe a multiplicação e expansão das multinacionais, repercutindo na atuação sindical. Para tanto, o sindicato brasileiro deve modernizar-se, com o fito de atender aos novos anseios dos trabalhadores e à nova realidade econômica e política mundial. É bem verdade que o sindicalismo atravessa delicados momentos em todo o mundo, reduzindo-se o número de filiados e não exercendo a mesma influência no meio social. Tais fatores, atestadores do descrédito dos trabalhadores para com as instituições sindicais são frutos diretos da crise econômica, que geram a desmobilização. Todavia, o sindicato só é forte com a efetiva participação dos seus filiados, devendo ser utilizado como protetor, um verdadeiro escudo. O que se verifica, na análise do Direito Comparado, é que países como a China, que tem a atividade sindical tutelada pelo Estado, onde não são permitidas greves, e nos quais o trabalhador percebe salário mínimo de cerca de 40 dólares mensais, são tidos como verdadeiros paraísos e escravidão no trabalho. Em suma, o enfraquecimento sindical permitiria a supressão de direitos conquistados ao longo da história, por meio de muitas batalhas jurídicas e até mesmo físicas.

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E O DIREITO INDIVIDUAL HOMOGÊNEO NO PROCESSO DO TRABALHO

Guilherme de Moraes Mendonça (*)

Nesta limitada digressão doutrinária busca-se tratar de tema de grande importância em sede do direito processual laboral. A legitimidade ativa processual, hodiernamente, vem sofrendo grande mutação no direito instrumental pátrio e do direito comparado. Em verdade, nota-se a ocorrência do fenômeno jurídico denominado coletivização do direito em detrimento da prevalência da ótica individualista oriunda do direito processual comum.

A visão individualista é proveniente do Estado liberal, absenteísta, da época posterior a Revolução Francesa que tinha como fundamento maior a limitação do poder absoluto do Estado através do respeito aos direitos do indivíduo. Esta concepção, expressão maior do liberalismo, consubstanciava-se em uma díade seja tipo Estado e Sociedade ou Público e Privado, decorrente ainda do ideário de Ulpiano (Digesto, Livro I, Tit. I, § 2º). Tal visão liberal foi a responsável por toda a formação do ordenamento jurídico da época, da chamada doutrina clássica, que ainda hoje, com inúmeras mudanças e aprimoramentos através da dogmática jurídica se faz valer mantendo a linha individualista.

Entretanto, a realidade social mudou, a revolução industrial fez com que a relação capital/trabalho viesse a ter novos contornos. A desenfreada industrialização provocou o crescimento geométrico dos conflitos que as Leis do Estado liberal não conseguiam mais fornecer a solução. A realidade era e é outra; o Estado-Juiz com as concepções clássicas enclausurado em soluções individuais, tentando aplicá-las em meio coletivo não poderá cumprir a sua missão maior a contento, dando resposta aos jurisdicionados, que é o de dirimir controvérsias ou litígios. E esta inadequação do ordenamento para com a práxis vivificada verificou-se no Direito processual. As

velhas formas processualísticas não mais serviam para resolver as demandas com certos aspectos materiais que fugiam ao padrão meramente individual, mormente no processo do trabalho, ramo do direito onde as mutações da área de atuação da norma instrumental- meio laboral- processam-se em uma velocidade bem maior que nas demais áreas de atuação do processo.

(*) Guilherme de Moraes Mendonça é Juiz do Trabalho Substituto do TRT/6ª Região.

Com detida análise da questão se pronuncia a doutrina, nas esclarecedoras palavras de Luiz Renato Topan na sua grande obra “Ação Coletiva e Adequação Da Tutela Jurisdicional”(1):

“A evolução da sociedade industrializada, bem como a galopante imersão do Estado nas relações sociais, levam ao inevitável caminho de surgimento de novos conflitos transcendentais das meras lides interindividuais.

Estes conflitos de interesse transcendem as relações interindividuais, convertendo-se em lesões a interesses metaindividuais, ofendendo direitos ditos coletivos e difusos.

Em razão do surgimento desses interesses, nasce a necessidade de sua proteção, com a criação de organismos e instrumentos próprios a essa defesa, já que os usados na proteção dos direitos de âmbito meramente interindividual não se mostraram eficazes.”

Constatada esta inadequação do ordenamento para com a realidade vivenciada, observou-se que o Estado (Judiciário) não conseguia através do processo resolver a contento conflitos que extrapolassem o meio individual. Noutro falar, o direito oficial nos litígios coletivos ou coletivizados não se fazia valer pela instrumentalidade do processo neste âmbito, gerando, assim a ausência de efetividade.

Em resumo, não se permitia em certo contexto, naquele que ultrapassava as lindes e estruturas privatísticas, que através do processo viesse a se instrumentalizar a consecução do ideal maior do direito que é realização da Justiça, elemento fundamental do estado de direito.

Em exposição que se relaciona com o tema, o sempre brilhante Cândido Rangel Dinamarco já salientava no seu festejado livro “A instrumentalidade do Processo”(2):

“É tempo de integração da ciência processual no quadro das instituições sociais, do poder e do Estado, com a preocupação de definir funções e medir a operatividade do sistema em face da missão que lhe é reservada. Já não basta aprimorar conceitos e burilar requintes de uma estrutura muito bem engendrada, muito lógica e coerente em si mesma, mas isolada e insensível à realidade do mundo em que deva estar inserida.”

Com esta tendência de decréscimo do espírito individualista no Processo e de soerguimento do que vem a se chamar coletivização de conflitos, sobreveio a nossa Constituição de 1988, que seguiu a mais moderna linha de entendimento processualístico, concedendo fortes contornos aos direitos e garantias coletivas, chegando a outorgar aos sindicatos a faculdade da substituição processual, consoante o art. 8º inc. III, além de outros institutos que refogem a presente análise, em face da limitação temática.

A respeito do instituto “substituição processual”, sempre tivemos nossas reservas e discordâncias acerca do entendimento restritivo evidenciado e plasmado no Enunciado 310 do egrégio TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Não entendíamos algumas das limitações discorridas nos incisos(sic) daquele Enunciado de súmula, quando a Lei Fundamental é cristalina; “in verbis”:

“Art.8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I-...

II-...

III- ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

Recentemente, a mais alta corte do país, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, proferiu aresto decidindo de maneira diametralmente oposta ao assente no enunciado 310 do TST, soterrando qualquer entendimento contrário. Em verdade, trouxe robustez para aqueles, que como nós tinham uma visão mais larga do instituto da substituição processual no campo do direito do processo do trabalho, seguindo a trilha da moderna processualística. Tal importante pronunciamento se deu, quando ao apreciar o Mandado de Injunção 3475/400, tendo como Relator o douto Ministro Néri Da Silveira, o STF assim o fez; sendo este arrazoado publicado no DJU de 08.04.1994, cabendo destacar-se:

“ Estipulando o art.8º, III, da, CONSTITUIÇÃO, que ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, não parece, efetivamente, possível, na espécie, deixar de reconhecer-lhe legitimidade para pleitear, como o faz, na defesa do direito da categoria de servidores a que se refere a inicial, em ordem a lograrem condições

de auferir as vantagens funcionais decorrentes da isonomia de vencimentos indicada na peça instrutória. Distinta é a situação das entidades associativas, cuja legitimidade para representar seus filiados, judicial ou extrajudicialmente, depende de expressa autorização”

Salta aos olhos que a excelsa corte ao desconsiderar a preliminar de ilegitimidade “ad causam” no citado mandado de injunção, dizimou definitivamente as celeumas acerca da questão, ou pelo menos, para aqueles mais apegados ao plasmado no Enunciado 310, demonstrou a correção de uma interpretação mais elástica do comando estampado no art. 8º, inc. III da Lei Maior.

Bastaria citar-se tal entendimento do STF para se dessumir como superado o debate; entretanto, em matéria como esta, de grande cizânia, por respeito a discussão, faz-se obrigatório relevar-se alguns aspectos incidentes e intrigantes da questão, que de certo modo interceptam com o mérito em debate.

Como se disse acima, restou claro, que o art. 8º, em seu inc III, da Constituição Federal determinou que caberia aos Sindicatos a defesa dos direitos coletivos e individuais da categoria, questões administrativas e judiciais. À luz do exposto e da nossa inteligência, a norma constitucional regulamentou a substituição processual, elevando a preceito desta estirpe a legitimação extraordinária, gênero daquela espécie.

Sem dúvida que alteração promovida pela Constituição foi ampliativa no que tange a aplicabilidade do instituto. Mesmo sob uma ótica parcimoniosa, utilizando-se da exegese estampada no enunciado 310 do TST, há de se concordar que houve o alargamento da utilização do instituto em sede do direito processual. Esta alteração, como dissemos, nada mais foi que parte de uma tendência, mesmo a nível internacional da socialização da tutela do direito, relegando-se o liberalismo individualista.

A substituição processual consoante artigo constitucional e perfeita interpretação do STF, é ampla, geral e abrangente dos litígios que versem sobre os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria. É instituto que no campo do processo laboral adquiriu contornos próprios; isto porque, este ramo do direito, como todo direito instrumental serve a relação material a qual está jungida, ou seja, é meio de aplicação do direito material. No caso concreto, tem como escopo a instrumentalização do direito do trabalho, ramo do direito substantivo de característica tuitiva, inquestionavelmente o mais sujeito as mudanças sociais do dia a dia, própria do mundo do labor. Em suma, a diferenciação é decorrente da autonomia do Processo do trabalho, embora semelhanças de método existam para com o ramo processo comum.

Mantendo-se esta trilha, há de se reconhecer que a substituição processual no processo comum é uma exceção, segundo o art. 6º do digesto processual civil; ou seja, há de haver previsão legal para que aquela figura venha a funcionar no mundo jurídico. Contudo, há de se ressaltar, mesmo em sede do, direito processual comum, que tal forma de pensar, sob aqueles moldes tradicionais, acerca da coletivização do

direito de tutela já ganha ilustres e ferrenhos adversários na melhor doutrina, como a insigne Ada Pellegrini Grinover que em sua obra *Novas tendências do direito processual*: de acordo com a Constituição de 1988(3), p.137, que assim leciona:

“assentada a necessidade de uma renovação dos esquemas clássicos processuais, para a indispensável tutela dos interesses coletivos, próprios de uma sociedade de massas; verificadas a insuficiência e a inadequação das estruturas tradicionais para se investirem as formações sociais de poderes processuais, surge a questão de como resolver, no plano prático, os principais problemas que se colocam para a efetivação de uma tutela jurisdicional coletiva”

Diferentemente do processo comum, no processo do trabalho prevalecem com contornos mais fortes os princípios da celeridade, economia processual e o mais específico e determinante - o da proteção à parte desfavorecida na relação material. Na seara trabalhista, a substituição faz com que o obreiro compareça sem o temor quase que reverencial decorrente de sua solidão em juízo e do poder potestativo que tem o empregador de resilir os ajustes laborais, sem causa. Como se sabe inexistente a garantia de emprego para obreiro brasileiro, exceção feita a casos específicos, caso do dirigente sindical. Através da substituição processual concede-se a despersonalização do trabalhador para evitar a represália do empregador reclamado. Não é a toa que esta justiça julga majoritariamente casos de desempregados.

Outro aspecto a diferenciar o instituto da substituição no meio trabalhista é que nesta o sindicato defende interesses particulares de componentes da categoria por ele representada. No processo trabalhista, o substituto processual - órgão classista - não possui qualquer vinculação com os integrantes da categoria decorrentes do direito em debate, bem diferente do direito processual comum na qual deverá haver para se consubstanciar a substituição a comunhão de direitos ou conexão de interesses entre substituto e substituído.

Neste diapasão o eminente Wagner Giglio já discorria acerca item do em debate, em artigo doutrinário “A substituição processual trabalhista e a Lei 8073”(4), publicada na revista Ltr, 55-02/151, em 02.02.1991, quando assinala:

“Na substituição processual trabalhista, o sindicato não atua em defesa de direito público, mas defende o interesse privado dos integrantes da categoria que representa. Quando muito se poderia dizer que age na defesa de interesse social. Por outro lado, embora seja possível divisar uma conexão indireta de interesses entre o sindicato e os substituídos inexistem comunhão de direitos entre um e outros. Não há, além disso, qualquer vinculação jurídica entre sindicato e os membros da categoria, resultante do direito discutido...”

Há também de se ressaltar o exposto em Lei de nº 8073/90, que apenas contém um artigo, mas que não permite dubiedades. A dita Lei não contém qualquer expressão que restrinja o seu espectro de aplicação, é princípio da boa hermenêutica

que o intérprete não pode restringir onde a Lei não o faz. Recorremos ao mestre Manoel Antônio Teixeira, em sua obra “Litisconsórcio, Assistência E Intervenção De Terceiros No Processo Do Trabalho”(5), que assim diz, valendo a pena transcrever-se trecho:

“Divergimos, no que toca à limitação da substituição processual aos reajustes postulados com base na lei de política salarial. Como dissemos na pag.49, o veto aos artigos 1º e 2º, da Lei n. 8073/90, retirando-lhe o conteúdo material (política salarial), fez com que a substituição, nela referida, se tornasse ampla, vale dizer, pudesse ser exercida na generalidade dos casos, independentemente do direito pleiteado. Por outros termos, o art.3º dessa norma legal não nos parece distinguir onde a Lei não o faz. Não importa qual tenha sido a intenção do legislador; o fato é que, tomada em si mesmo, como organismo vivo e independente da vontade de quem a produziu, a Lei em questão permite concluir que a substituição processual pode ocorrer mesmo fora dos casos de reajustes derivantes de Lei de política salarial.

É errado supor que o seu ‘espírito’ (conteúdo de direito material) teria sobrevivido, de tal sorte que o art. 3º dessa norma deveria ser intelegido em harmonia com semelhante espectral.

..., torna-se absolutamente inevitável reconhecer que conquanto de forma esdrúxula, acidental, as entidades sindicais brasileiras podem hoje, atuar em juízo como substitutas processuais das categorias que representam, valendo essa substituição para generalidade das situações, ou seja, independentemente da matéria posta em juízo. É obvio que, em virtude da regra constitucional específica (art. 8º, II) por meio dessa substituição podem ser defendidos direitos ou interesses, individuais ou coletivos.”

Frise-se que tal exposição foi confeccionada antes do suso mencionado pronunciamento do STF.

Impende, porém, salientar, que o sindicato como substituto processual em conflitos individuais está obrigado a juntar rol dos substituídos nominando-os, concedendo assim concretude às postulações individuais. Neste aspecto escorreito é o disciplinamento do aludido enunciado 310 do TST em seu inciso (sic) V. Do contrário, estar-se-ia obstaculando o direito de defesa já que a ausência de nomeação dificultaria por demais a análise do objeto da demanda, e mais, sem o devido arrolamento dos substituídos, caso procedente a ação, inviabilizada estaria a execução da causa, já que impossível restaria o acerto da parcela jurídica que a cada substituído caberia.

E não se venha dizer que na Justiça do Trabalho a forma de pensar, com entendimento alargado em relação a substituição processual é algo impensável ou

“avis rara”. Alguns egrégios Tribunais do Trabalho já seguiam tal linha interpretativa; tal qual TRT 12ª Região, Ac. 567/88, RO 1906/88, Rel. Juiz J. F. Câmara Rufino, in Ltr. 53:1.121, set. 1989:

“O Sindicato tem legitimidade para atuar como substituto processual dos integrantes da categoria representada e dos seus associados, tanto no que se refere aos interesses gerais da categoria, quanto aos interesses individuais”.

No que pertine ao âmbito de atuação do instituto da substituição processual no processo do trabalho, comungamos da tese que a acatam de maneira mais elástica possível. Consideramos que o preceito constitucional é cristalino quanto a questão, ademais tal inferência torna-se mais sólida quando se observa o pronunciamento do excelso STF. Achamos que a substituição extrapola os limites daquelas hipóteses preceituadas em lei ordinária, tais quais: art. 195, §2º da CLT que prevê a atuação do sindicato em causas que tratem de insalubridade e periculosidade; o art. 872, parágrafo único da CLT que se refere a ação de cumprimento de sentenças normativas; a Lei 7.238/84 que versa acerca da atuação do substituto processual em ações referentes a correções salariais e o art. 25 da Lei 8019/90. Consideramos que estas não são exaurientes, porquanto existir norma constitucional regulando a matéria.

Somos pela tese de que havendo a postulação de direitos individuais de participantes de determinada categoria que possuam a mesma origem poderão ser pleiteadas através da substituição processual. Tais espécies de direitos é o que a doutrina vem a chamar de direito individual homogêneo, ou o que Barbosa Moreira chama de “acidentalmente coletivos”. Como se disse, os chamados “direitos individuais homogêneos”, são aqueles que podem ser objeto de litígios de particulares, mas que também podem ser observados e postulados em conjunto- de forma coletiva e impessoal- e quando isto ocorre, chegam a extrapolar a órbita dos chamados interesses individuais. Os Direitos Individuais Homogêneos; apesar de individualizáveis, com titularidade específica, possuem um elo(interesses) quando do seu pleito, que o levam a homogeneidade. Noutro falar, a citada origem comum que homogeneiza os direitos e conseqüente postulação, que a faz se incluir no espectro das ações coletivas, é o necessário reflexo que aquele pleito há de ter em sede da categoria.

Com relação a tal tipo de direito , em brilhante obra “As ações coletivas e o Direito do trabalho”, ed. Saraiva, pag. 19, Marcus Orione Gonçalves Correia testifica a respeito do tema definindo o instituto:

“Por fim, as ações em que há o tratamento coletivo de direitos individuais homogêneos. Estas espécies de ações seriam aquelas em que há a tutela do que conhece como soma de interesse individuais. São ações que poderiam ter sido propostas individualmente por cada um dos lesados. No entanto, como entidade organizada se prestou ao papel de defender tais interesses, já que sua repercussão abrange uma certa

coletividade (mesmo que a mais limitada de todas até aqui examinadas), passam a integrar a classe das ações coletivas lato sensu. percebe-se que não se trata, aqui, de uma ação individual plúrima que se resolveria no mero litisconsórcio ativo.”

De maneira mais incisiva e que incide diretamente sobre todo o dito, tem-se o magistério de Campos Batalha em sua grande obra “Direito Processual das Coletividades e dos Grupos”, pag. 116:

“Quando o sindicato age por direito próprio, representando direitos ou interesses individuais dos membros da categoria, ocorre a substituição processual propriamente dita. A este respeito, o novo sistema constitucional, art. 8º, III, ampliou o instituto, ensejando normas de legislação de caráter regulamentar.

Portanto, não paira dúvida de que o sindicato pode atuar como substituto processual dos empregados abrangidos pela categoria profissional, em dissídios individual. (grifamos)

Logo, dúvidas não existem. Caso a pretensão refira-se a direitos individuais homogeneizados, que tenham uma origem comum, poderão ser vindicados coletivamente através da substituição processual. É evidente que o conteúdo individual ou particular do direito pugnado será revelado a partir da fase de acertamento ou liquidação.

Estas são as nossas considerações sobre palpitante tema. Longe de querer esgotar a matéria, cômicos da dificuldade que o tema erige, mormente devido a sua novel atuação no mundo jurídico, certos somos que o profissional do direito tem que pensar consoante o tempo em que vive. O absentismo, a relegação da realidade que o cerca no momento da análise jurídica o conduzirá a tomar equivocados caminhos quando do dirimir das questões jurídicas. A substituição processual no contexto laboral é instituto moderno, consentâneo com os dias atuais no mundo do direito instrumenta; sua correta utilização, com a necessária acuidade do julgador quando da sua análise, conduzirá, por certo, a uma maior agilização da justiça laboral, afinal eliminar-se-ão ações idênticas, poupando-se tempo e gastos.

Em suma, a aplicação do instituto conforme os padrões legais e doutrinários acima resumidos será de grande valia na consecução do objetivo maior do Estado-Juiz, que é a justiça.

Este é o nosso entendimento.

Bibliografia

(1) Topan, Luiz Renato, Ação Coletiva e Adequação da Tutela Jurisdicional, Belo Horizonte, Ed. Del Rey.

(2) Dinamarco, Cândido Rangel, A Instrumentalidade do Processo, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1987.

(3) Grinover, Ada Pellegrini, Novas Tendências do Direito Processual Trabalhista: de acordo com a Constituição de 1988, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.

(4) Revista LTr 55-02/151, ed. LTr, Publicação Mensal, Giglio, Wagner, A Substituição Processual Trabalhista e a Lei 8073.

(5) Teixeira, Manoel Antônio, Litisconsórcio, Assistência e Intervenção de Terceiros no Processo do Trabalho, 2ª edição, São Paulo, 1993.

(6) Correia, Marcus Orione Gonçalves, As Ações Coletivas e o direito do trabalho, São Paulo, ed. Saraiva, 1994.

ACÓRDÃOS DO T.R.T.

Tribunal Regional do Trabalho